

O PSICOLOGISMO E O ASSOCIACIONISMO DE DAVID HUME NA INTERPRETAÇÃO DE THOMAS HILL GREEN

[DAVID HUME'S PSICOLOGISM AND ASSOCIACIONISM ACCORDING TO THE INTERPRETATION OF THOMAS HILL GREEN]

Claudiney José Sousa *

RESUMO: O empirismo era a filosofia dominante no Reino Unido nos finais do século XIX, quando Thomas Hill Green publicou sua *Introdução ao Tratado da Natureza Humana*. Nesta obra critica uma tentativa comum na época, de reduzir o discurso filosófico a explicações científicas de viés naturalista. Influenciado pelo idealismo hegeliano, Green desenvolve uma espécie de metafísica do conhecimento, a partir da qual faz duras críticas àquilo que ele chama de uma tendência de reduzir a consciência aos dados da sensação, presente, segundo ele, principalmente nas teorias da percepção de Locke e Hume, que considera psicologistas e associacionistas.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologismo, Associacionismo, Teoria das percepções, Epistemologia, Metafísica

ABSTRACT: Empiricism was the dominant philosophy in the United Kingdom in the late nineteenth century, when Thomas Hill Green published his *Introduction to the Treatise of Human Nature*. In this work criticizes a common attempt at the time to reduce the philosophical discourse to scientific explanations of naturalistic bias. Influenced by Hegelian idealism, Green develops a kind of metaphysical knowledge, from which harsh criticism to what he calls a tendency to reduce consciousness to sense data, present mainly in theories of perception of Locke and Hume, consider psychologists and associationists.

KEYWORDS: Psychologism, Associationism, Theory of perceptions, Epistemology, Metaphysics

1. INTRODUÇÃO

Thomas Hill Green (1836-1882) é considerado um dos principais filósofos britânicos do pensamento idealista do século XIX, profundamente influenciado pelas filosofias de Hegel e Kant, mas também, e curiosamente, pela filosofia empirista britânica. Embora seus principais estudos estejam relacionados às áreas da filosofia prática, Green também se dedicou a debater questões relativas à epistemologia e à metafísica.

A maioria das obras de Green foi publicada postumamente; é o caso de *Prolegômenos à Ética* – talvez a mais influente de suas obras, pela qual passou a ser

* Doutor em filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). m@ilto:claudineyuel@hotmail.com

muito estudado no século XX. Em vida, ficou conhecido principalmente pela publicação da longa *Introdução ao Tratado da Natureza Humana de David Hume*¹, surgida em 1879, na qual nos concentraremos nesta rápida incursão pelo seu pensamento. A referida Introdução é um trabalho bastante curioso, a começar pela extensão do texto, com mais de trezentas páginas, nas quais o autor dedica-se a analisar, cuidadosamente, a filosofia daqueles que ele considera os principais e maiores representantes do empirismo britânico: Locke, Berkeley e Hume. Outro fato curioso é sua constante preocupação com a defesa da filosofia; no caso de sua Introdução, especificamente a epistemologia e a metafísica, em detrimento do que ele considera uma redução da consciência aos dados da sensação (dados empíricos), por parte das explicações científicas das ciências naturais emergentes no século XIX. Estas ciências estariam propondo, diria Green, uma espécie de redução do discurso filosófico à explicação meramente científica. É à luz destas considerações que deveremos compreender sua aversão à teoria das percepções de Locke e Hume e, em especial, ao que ele considera ‘o associacionismo humeano’.

2. GREEN E A INTERPRETAÇÃO TRADICIONAL SOBRE O EMPIRISMO BRITÂNICO

No que diz respeito às relações entre a *Investigação* e o *Tratado*², Green é enfático ao dizer que qualquer pessoa, que tenha tido o mínimo trabalho de ler e comparar estas duas obras seria capaz de perceber que as diferenças essenciais entre elas consistem apenas no estilo mais claro e em algumas omissões na *Investigação*³. O efeito destas omissões, pelo menos para o leitor despreparado, pensa ele, geraria “um sentimento de grande alívio” (GREEN, 1992, p. vi). Para entendermos exatamente estas e outras considerações de Green precisamos levar em conta também alguns aspectos que influenciaram sua leitura da obra de Hume. É importante compreender o contexto em que redige sua Introdução, por exemplo, as posições que ele defendia nesse período, sobretudo em termos de filosofia prática (ética e política). Segundo Ayer, essa atitude de Green, com relação à Hume, torna-se compreensível na medida em que consideramos que, no século XIX, a influência tardia de Kant e Hegel estendia-se sobre a filosofia britânica e que ele, como fervoroso idealista, “foi um dos líderes desse modismo, e sua principal objeção a Hume era que ele não admitia nenhuma ordem, no mundo, superior àquela que poderia ser fornecida pela associação de ideias” (AYER, 2003, p. 30-31). Para um idealista hegeliano, isso soa como um verdadeiro absurdo.

Devido a seu trabalho minucioso sobre a filosofia dos empiristas britânicos, Green foi considerado o mais ilustre crítico do empirismo no século XIX⁴. Por isso, impressiona também o fato de que ele seja o editor (ao lado de Grose) daquela que seria, durante muitos anos, a edição padrão do *Tratado* de Hume – autor que ele considera o maior dos empiristas britânicos. Kemp Smith afirma que, até 1888, a única reimpressão disponível do *Tratado* era aquela prefaciada por Green (SMITH, 1966, p. 7).

Mas há que se considerar que, apesar da crítica mordaz aos empiristas britânicos, cujas razões veremos a seguir, Green demonstra profundo respeito e admiração por estes filósofos, em especial por Hume. Ele não poupa elogios ao autor do *Tratado* em sua Introdução. Na discussão dos tópicos “Como a história da

filosofia deve ser estudada” e “Hume, o último grande filósofo inglês” (GREEN, 1992, p. 1-2), ao comentar o difícil trabalho do historiador da filosofia, afirma: “Em raras épocas surgem homens, ou grupos de homens, com verdadeiro impulso especulativo para dar início a uma discussão e persegui-la até o fim” (GREEN, 1992, p. 2). Haveria, em sua interpretação da história da filosofia, intervalos em várias épocas, entre esses grandes e verdadeiros filósofos, ocupados por meros comentadores de suas filosofias. “Na linha da especulação mais distintamente inglesa, (...) um regime de extrema inércia prevaleceu desde o tempo de Hume” (GREEN, 1992, p. 2). Na verdade, esse período teria sido extremamente improdutivo porque seus comentadores persistiram em filosofar sobre os princípios que Hume tinha mostrado que resultariam numa filosofia fútil; no puro ceticismo. O resultado não poderia ser outro, senão a impossibilidade do conhecimento. Para Green, “o próprio Hume estava perfeitamente consciente deste resultado, mas seus sucessores na Inglaterra e na Escócia não parecem ter sido capazes de perceber isso claramente” (GREEN, 1992, p. 2). Falando metafóricamente, ele conclui: “se nenhum atleta inglês teve a força para continuar carregando a tocha, ela seria transferida para uma linha mais vigorosa na Alemanha [a Kant]” (GREEN, 1992, p. 2-3). Por isso, ele declara que o *Tratado* de Hume e a *Crítica da Razão Pura*, de Kant, seriam as “pontes reais” entre o antigo e o novo mundo filosófico; seriam a propedêutica essencial, sem a leitura dos quais ninguém faria um estudo de qualidade da filosofia moderna (GREEN, 1992, p. 2-3).

Feitas estas considerações, Green lembra que as limitações de seu trabalho exigem que ele faça um recorte nesta breve história do pensamento britânico e afirma que se concentrará em “mostrar como a filosofia de Hume é filha legítima da filosofia de Locke, e como ela reúne, suficientemente [bem], os resultados da filosofia empirista de seus predecessores” (GREEN, 1992, p. 3). Com esta atitude, Green demonstra ter aderido a uma interpretação de ensino de Hume que primeiro ganhou curso por meio dos escritos de Thomas Reid, Beattie e Dugald Stewart, e que foi depois aceito, quase sem questionamentos, por James Mill, John Stuart Mill e Alexander Bain (SMITH, 1966, p. 80). Já nas primeiras páginas de sua Introdução, Green aponta para o aspecto que ocupará boa parte de suas análises sobre o empirismo de Hume: sua crítica ao psicologismo e à defesa da epistemologia e da metafísica. Na citação abaixo podemos ver, claramente, como Green interpretará as relações entre filosofia e ciência com base nas análises do conhecimento na epistemologia empirista. A respeito da filosofia de Locke ele diz:

Já havíamos notado como, em Locke, a metafísica pede o apoio da física, dada a incapacidade de responder, pelo impossível método da auto-observação, a questão sobre como a consciência em si tem origem; ele nos diz que isso é tarefa para o filósofo natural que a explica por meio da *produção da sensação pelo impacto da matéria nas partes externas*; processo que continuaria até o cérebro (GREEN, 1992, p. 163; grifo nosso).

Vejamos, com alguns detalhes, como essa crítica também se aplica a Hume, na medida em que este filósofo teria adotado, quase integralmente, a concepção de Locke quanto ao apoio dos métodos da ciência da natureza física para compreender a natureza humana.

3. A CRÍTICA AO PSICOLOGISMO E AO ASSOCIACIONISMO DE HUME

Durante quase toda sua Introdução, Green associa os trabalhos dos empiristas a uma atividade quase puramente científica e defende que estes filósofos confundem duas coisas bem distintas: filosofia e ciência. No sexto parágrafo Green aponta que suas críticas também se direcionam ao método adotado pelos empiristas – o da observação e da verificação do comportamento no indivíduo humano, a partir de sua própria mente.

Seu problema [de Locke] era a origem das ideias no indivíduo humano, e as conexões entre estas ideias na medida em que constituem conhecimento: seu método consiste em *simplesmente olhar em seu próprio* entendimento para *verificar como ele é elaborado*. [...]. Nosso objetivo será apenas mostrar o significado preciso desse sistema e as dificuldades que ele envolve (GREEN, 1992, p. 6; grifo nosso)

Para Green, há duas questões nas quais Locke insiste constantemente; a primeira é que o objeto de sua investigação é sua própria mente e a outra é a de que essa atitude, a respeito desse objeto, é de mera observação. Locke fala de sua mente como se falasse de seu próprio corpo. Nesse sentido, todas as questões (desde as mais complexas) sobre a mente humana, seriam reduzidas à mente individual que representaria todas as outras mentes.

O que Green parece contestar, no pensamento dos empiristas britânicos, é a existência de uma atitude quase puramente descritiva, mecanicista, observacional e materialista com relação aos comportamentos humanos. Essa preocupação está evidente em sua afirmação a respeito do método adotado por estes filósofos quando diz que “seu método é aquele de simplesmente *olhar* em seu próprio entendimento e *ver* como ele é elaborado” (GREEN, 1992, p. 6; grifo nosso). Green contesta o fato de que estejam, com este procedimento, pretendendo “entender a natureza do conhecimento” (GREEN, 1992, p. 8). Ele não acredita que seja possível compreender a natureza do conhecimento analisando o entendimento do próprio observador (individual). A natureza do conhecimento (no sentido estrito do termo) é muito mais complexa, e não poderia ser obtida desta maneira simples e direta. Já o problema da filosofia de Hume estaria em que ela aponta os erros de Locke, mas dá continuidade a um trabalho parecido. Para Green “a função de Hume era exibir as falhas radicais do método de seu mestre, seguindo este método com maior rigor ainda do que seu mestre teria feito”⁵ (GREEN, 1992, p. 7). A adoção do método das ciências empíricas, por parte dos empiristas, faz com que Green, em algumas passagens, fale dessa filosofia como sendo uma espécie de ‘filosofia da mente’ ou ‘psicologia empírica’ identificada com a filosofia natural.

Enquanto observação das ‘coisas pensantes’, a *filosofia da mente* parece assumir o caráter de uma *ciência natural* [...]. Quem observa, e o que é observado? De acordo com Locke (e a *psicologia empírica* tem dado a mesma resposta) a matéria a ser observada é cada um dos homens em particular a partir das impressões de sua própria mente individual [...]. O observador seria a própria mente em si (GREEN, 1992, p. 7; grifo nosso).

Em seu artigo “The Naturalism of Hume”, Hugh Miller comenta essas observações de Green, a respeito dos empiristas, dizendo que Green estaria, com suas críticas, atribuindo certo naturalismo a Hume. Contudo, segundo ele, seria preciso atentar para o verdadeiro sentido desse naturalismo que, no caso da

atribuição de Green, teria uma conotação de profunda reprovação e censura, apontando para o perigo de uma espécie de reducionismo da filosofia à ciência empírica. No referido artigo, publicado em 1929, Miller também atribui um naturalismo à filosofia de Hume – assim como Kemp Smith fizera, de forma pioneira – em seus artigos de 1905. Contudo, Miller faz questão de mostrar que

Ao usar a palavra naturalismo para designar a filosofia de Hume, não estamos seguindo o exemplo de Thomas Hill Green; nós não vemos nesse termo, como faz Green, uma marca de reprovação. No tempo de Green a ciência natural estava apoiada, ou supostamente apoiada, sobre suposições de caráter estritamente mecanicistas, e a imputação a um pensador, de uma visão naturalista, significava que ele negava a eficácia do pensamento e da aspiração no comportamento (MILLER, 1929, p. 481).

Enfim, após estas considerações iniciais, Green passará a um estudo minucioso da filosofia de Locke nos quase cento e cinquenta parágrafos seguintes de sua Introdução. Ao término da longa discussão afirma acreditar ter explorado suficientemente o “sistema [o de Locke] cuja missão de Hume era tornar consistente” (GREEN, 1992, p. 131). Ele acredita ter descoberto, com seu estudo, que o sistema de Locke é “governado por uma antítese entre o que é dado à consciência (que diz respeito à passividade da mente) como supostamente real por um lado, e aquilo que é inventado, criado, induzido pela mente, por outro lado” (GREEN, 1992, p. 131-132). O valor da filosofia de Hume estaria em levar esta antítese adiante, através de sua teoria associacionista, o que teria resultado num grande fracasso.

O valor da filosofia de Hume estaria em ter tornado essa antítese ainda mais rigorosa [...] A consequência é um esplêndido fracasso, um fracasso que já poderia ser previsto, se tivesse sido suficientemente provado que a teoria, que tem início com uma antítese, não poderia ficar sem uma implícita contradição (GREEN, 1992, p. 132).

Outra falha dessa doutrina, que Green reputa estar fundada no testemunho dos sentidos, está em que ela própria mostra que os sentidos nada testificam. O empirismo não poderia ser perseguido passa a passo de acordo com a ordem proposta por seus próprios autores, porque foi elaborado com base em noções comuns que, posteriormente, se mostraram sem sentido.

O empirismo só poderia conduzir a resultados destrutivos – neste caso, ao ceticismo. Green afirma: “O ceticismo de Hume é fatal em suas próprias premissas” (GREEN, 1992, p. 132). As passagens mais claras a respeito destas interpretações de Green encontram-se entre os parágrafos 196 e 200 da Introdução. Ele apresentará aí uma forte reação às teorias científicas em voga no século XIX (talvez as teorias biológicas evolucionistas e a psicologia empírica nascente – *behaviorismo*). A preocupação de Green é quanto ao fato de que, além das claras contradições a que estas concepções são levadas, suas conclusões seriam fatais também para a vida prática. Estas concepções científicas e estes psicologismos (incluindo aí o pensamento empirista, principalmente o de Hume) tenderiam a reduzir a mente humana a um puro conjunto de sensações atômicas, o que, para ele, é inadmissível, na medida em que o resultado inevitável desta atitude seria a total impossibilidade de conhecimento. Essa é uma das principais razões porque Green insiste em discutir, em boa parte da Introdução, a teoria das percepções de Hume; é esta teoria que dá

origem às supostas contradições por ele denunciadas. Isto explica sua alegação de que o ceticismo de Hume é um grande engano desde as suas premissas. Tomando, mais uma vez a teoria das ideias de Locke como exemplo, Green afirma:

O fato é que a ideia simples em Locke, como origem do conhecimento, é já, esse *minimum*, o julgamento, ‘Eu tenho uma ideia diferente das outras, que eu não formei por mim mesmo’. Sua confusão, neste julgamento sobre a sensação, é meramente a confusão fundamental em que toda *psicologia empírica* repousa, entre duas questões essenciais distintas – uma metafísica, ‘Qual o elemento simples do conhecimento?’ E outra fisiológica, ‘Quais são as condições, no organismo humano individual, em virtude das quais, ele se torna um veículo do conhecimento?’ (GREEN, 1992, p.19; grifo nosso).

Mais adiante, em seu texto, quando discute a teoria das percepções de Hume, presente na primeira parte do primeiro livro do *Tratado*, Green complementa essa crítica à confusão entre filosofia e ciência (que Green chama de fisiologia) dizendo que “tudo que Hume pode encontrar, em sua mente (...), são sentimentos [*feelings*] e suas referidas cópias, divididos em duas grandes classes – aquelas de sensação e aquelas de reflexão” (GREEN, 1992, p. 162). O problema, com este reducionismo, acredita Green, está em que ele não dá conta de explicar a que impressões se reduziriam noções mais complexas como as de ‘relações’ (principalmente de ‘causa e efeito’ e ‘identidade), de ‘substância e atributo’, a noção de ‘eu’, de ‘existência’ etc, que qualquer tipo de conhecimento envolve necessariamente. Para Green, toda investigação desse teor deve envolver uma metafísica e uma epistemologia. A própria noção de conhecimento seria impossível nos termos propostos por Locke e Hume. Tanto as impressões de sensação quanto as de reflexão, no modelo proposto por Hume, falhariam na tentativa de dar conta deste problema.

Falhando as impressões de sensação, ele [Hume] deve experimentar as de reflexão, e falhando ambas, ele deve pronunciar que tais concepções não seriam ideias, mas palavras sem significado, deixando, assim, o conhecimento ser tomado ao acaso” (GREEN, 1992, p. 162).

Segundo Green, a razão de fazer essas críticas – ao que considera um psicologismo humeano – está no fato de toda filosofia de Hume girar em torno de sua teoria da associação de ideias, que seria o “nervo vital de sua filosofia” (GREEN, 1992, p. 162). O perigo do empirismo estaria em que a base de sua teoria do conhecimento teria um fundamento puramente psicológico. Para Green, afirma Kemp Smith, “Hume (...) não tem um conjunto de crenças positivas, e meramente leva a uma conclusão cética os princípios que herdou de Locke e Berkeley. [Em sua filosofia] não existe nada mais que estados subjetivos, organizados por uma força bruta de associação. Não há nenhum ‘eu’, nem mundo exterior” (SMITH, 1966, p. 79). Em uma das passagens em que essa concepção fica mais evidente, Green parece dar a entender que o associacionismo seria a concepção básica a partir da qual todas as outras contradições e confusões se fariam presentes na filosofia de Hume.

O nervo vital de sua filosofia está em seu tratamento da associação de ideias como uma espécie de *processo de geração espontânea*, pelo qual as impressões de sensação resultam em impressões de reflexão, na forma de propensões habituais [que corresponderiam] (...) àqueles conceitos formais que Locke (...) tinha tratado como sendo criações reais e imediatas na mente (Green, 1992, p. 162-163; grifo nosso).

4. A DEFESA DA EPISTEMOLOGIA E DA METAFÍSICA

O que Green coloca em questão, com suas críticas, é a própria possibilidade da verdadeira epistemologia e da verdadeira metafísica nas abordagens empiristas, ou seja, o próprio *status* filosófico dessa concepção. Não é por acaso que, durante boa parte de sua Introdução, Green se mostrará um ardoroso defensor da epistemologia e da metafísica (no sentido tradicional do termo), visando minimizar as pretensões daquelas tendências que ele considera reducionistas. Green procura tocar no ponto em que elas seriam mais vulneráveis, ou seja, na impossibilidade (em níveis mais elevados de suas discussões) da derivação da consciência e do pensamento a partir de noções básicas do nível sensorial.

Como explicar noções essencialmente metafísicas ou epistemológicas como ‘identidade’, ‘identidade pessoal’, ‘consciência’, ‘existência’, ‘razão’, ‘conhecimento’, ‘corpos externos’ etc, por meio do suposto reducionismo empirista de Hume? Nestes níveis, a explicação mecanicista, psicologista e associacionista se mostra extremamente limitada. Para ele, só se poderia falar do ‘real’ do ponto de vista do ‘mental’ (espiritual). Ao comentar a distinção humeana entre impressões de sensação e de reflexão Green afirma:

Uma aparente determinação se ganha, de fato, ao falar em impressões sendo transportadas a nós pelos sentidos; mas isso significa determinação por referência aos órgãos do nosso corpo, afetados por corpos externos – em resumo, por uma teoria física. Mas, dos dois termos essenciais dessa teoria, ‘nosso próprio corpo’ e os ‘corpos externos’, nenhum deles, de acordo com Hume, expressa alguma coisa presente à consciência original (GREEN, 1992, p. 163).

Assim, propriamente falando, não há corpos, mas apenas percepções que entram pelos sentidos. Não existe nosso próprio corpo nem os corpos externos. Então, porque falar da relação entre eles? Como podem afetar ou ser afetados? Por esta razão, em sua Introdução, Green considera Hume, pelo menos neste aspecto, um idealista subjetivo e, por isso, “mais berkeleyano do que o próprio Berkeley” (GREEN, 1992, p. 163). Mais uma vez essas inconsistências e contradições, nas quais Hume teria incorrido, seriam decorrência de seu associacionismo. Se há apenas estados subjetivos organizados pela força de associação, então não há nenhuma realidade. Para Green, “toda crença na permanência, na identidade, na atividade, seja no eu ou fora dele [é vista por Hume] como ficção e ilusão. Tudo é mudança governada por nenhuma lei” (SMITH, 1966, p. 80).

Para Green, há quem defenda que explicar a teoria do conhecimento e da mente humana desta forma não é um problema, mas pelo contrário, um grande mérito. Na verdade, pensa Green, há quem sustente que “a única teoria do conhecimento e da mente possível é a física” (GREEN, 1992, p. 163). Os favoráveis a esta interpretação fisicalista pensam que mesmo que seja um erro supor que a consciência é o que os fisiólogos explicam, não seria errada a atitude de tomar a explicação fisiologista (ou o modelo do fazer científico) como sendo verdadeira e eficiente – como sendo a melhor explicação. Além disso, para estas pessoas, o que o cientista tem em vista, estritamente falando, não é o que Locke e Hume buscavam resolver, mas, mesmo eles, devem pressupor alguma teoria do conhecimento e uma metafísica. Green diz: “é igualmente certo que toda teoria dessa correlação [entre cérebro e pensamento] deve pressupor um conhecimento (...) pressupõe coisas que

tanto a metafísica quanto a teoria do conhecimento buscavam explicar (GREEN, 1992, p. 164).

Podemos ver que as críticas de Green se dirigem, também, às pretensões das ciências emergentes em sua época (as teorias evolucionistas e a psicologia empírica principalmente). Ele mostra como elas pretendiam dar conta de resolver questões que eram da alçada da filosofia, pressupondo essas próprias questões, como se pudessem abrir mão da epistemologia e da metafísica – do caráter normativo próprio das discussões filosóficas. Travar o debate a partir do nível meramente fenomenológico, sem ter que descer até questões mais complexas e abstratas não é da essência da filosofia. Para Green, algumas pessoas pensam que não haveria nenhum problema em explicar os fenômenos físicos (incluindo o homem) desta maneira⁶. Green também parece admitir que essa seria uma postura legítima em ciência. O que Green parece contestar é a confusão que se pode fazer, nestas discussões, entre filosofia e ciência. Imaginar que se está fazendo uma discussão filosófica, quando se está fazendo ciência (que seriam as atitudes de Locke e Hume). Locke e Hume teriam sido os pais desse movimento; teriam fornecido (talvez inconscientemente), com a teoria das percepções, com o associacionismo e com o uso do método experimental, as bases para estas confusas investigações.

A disputa dos fisiologistas com os metafísicos é, de fato, devido a uma *ignorantia elenchi* da parte dos primeiros (...). A questão, realmente em debate, não é entre duas ciências coordenadas, como se a teoria do corpo humano fosse reivindicada também para ser a teoria da alma humana, e a teoria da alma estivesse resistindo à agressão. A questão é saber se as próprias ciências seriam capazes de dar explicações para as concepções por elas elaboradas (GREEN, 1992, p. 164-165).

Pelo que vimos da interpretação de Green até aqui, Locke e Hume teriam ignorado a verdadeira distinção entre filosofia e ciência, o que teria dado margens para concepções equivocadas, tanto do lado de uma quanto do lado de outra. O objetivo de Green foi esclarecer essa questão e verificar os erros cometidos pelos empiristas em suas investigações, supostamente filosóficas. Locke, por exemplo, teria feito uso da explicação meramente fisiologista e, com isso, uma espécie de *história natural da autoconsciência*. Já vimos como, para Green, a autoconsciência não é redutível a um conjunto qualquer de eventos físicos. Hume teria o mérito de corrigir esse erro crasso de Locke de partir da fisiologia, mas, por outro lado, teria incorrido num erro ainda maior, de explicar tudo a partir de seu associacionismo. Hume teria dado continuidade ao projeto de Locke adotando o modelo da ciência natural, para explicar a ciência humana; mas o faz no nível puramente psicológico. Não há, em Hume, um projeto verdadeiramente epistemológico.

[Segundo Hume], o exame de nossas sensações pertence mais a anatomistas e filósofos naturais do que à moral. Por esta razão, iniciará pelo estudo das ideias. Isso significa que ele inicia seus estudos a partir dos sentimentos que encontra em si mesmo [psicologismo], determinados pela noção de que resultam de alguma outra coisa, cuja natureza ele não explicará no momento. Assim, diferentemente de Locke, ele não identifica nossa consciência prematura com uma tosca e imediata teoria física e tem a vantagem de fazer essa identificação na própria mente (...), embora a consequência dessa teoria seja a de que tudo resulta do costume e da associação [associacionismo] (GREEN, 1992, p. 166-167)

Dessa forma, o verdadeiro responsável pela tentativa de explicar o homem

como sujeito físico e pressupor todas as noções abstratas que o compõe foi Hume. É como se em Locke ainda houvesse uma distinção entre fisiologia e metafísica e uma forma de conhecimento pudesse contribuir com o estudo da outra; mas em Hume a confusão se instala. Green afirma que Hume não tem nenhum escrúpulo em “reconstruir a fábrica do conhecimento na base dos fatos” (GREEN, 1992, p. 168). Quando se utiliza de expressões próprias do homem comum (vulgar), está na verdade sendo um charlatão (Idem). Às vezes fala de senso comum com ironia, às vezes com vaidade. Seu propósito, com isso, não era de apresentar uma *filosofia positiva*, como poderia parecer. O que ele tinha em mente era, muito mais, seu ceticismo. Ele mostra a impossibilidade de se chegar a uma verdade geral, em oposição ao que aparece para a consciência particular.

Um tal estado da mente [o ceticismo] exclui todo motivo para a interrogação da natureza, pois não reconhece nenhuma natureza, além da que se apresenta ao indivíduo, e esta não admite ser interrogada. A *filosofia positiva* não tem nada em comum com ela além do uso, num sentido diferente, da palavra ‘aparente’. Ele a empluma e não vai em busca de alguma ‘coisa-em-si’ além do que aparece aos sentidos (GREEN, 1992, p. 169; grifo nosso).

5. CONCLUSÃO

Precisamos fazer agora algumas considerações no sentido de esclarecer o contexto e as motivações de Green em suas análises sobre os empiristas britânicos. A visão de mundo do homem do século XIX é profundamente marcada pelas tendências deterministas e evolucionistas muito influentes neste período. Estas tendências de pensamento ecoaram fortemente no âmbito literário e filosófico no Reino Unido. Alguns de seus pressupostos básicos eram os de que: **i)** somente as leis da natureza teriam validade para explicar o mundo e o de que **ii)** o comportamento do homem deve ser explicado em termos de condicionamentos puramente físicos, biológicos e sociais (Ex.: mecanicismo cartesiano, evolucionismo biológico de Darwin e evolucionismo social de Herbert Spencer).

Por outro lado, sabemos também que pelo menos até o século XX prevaleceu, nos meios acadêmicos, uma forte tradição de leitura das obras de David Hume, que enfatizavam apenas o lado cético e empirista de seu pensamento. Além de Green, faziam parte deste seleto grupo de intelectuais nomes tais como os de Thomas Reid, Dugald Stewart, James Mill e posteriormente Bertrand Russell. Estes filósofos tinham em comum o fato de darem grande ênfase aos aspectos céticos nas interpretações sobre o pensamento de Hume e dos empiristas britânicos em geral. Por isso, não somente o associacionismo e o psicologismo eram rótulos que caracterizavam um certo descontentamento com os resultados daquela filosofia, assim como as acusações de irracionalismos, emotivismos e relativismos presentes naquela investigação. Na passagem abaixo Willian James nos dá uma clara noção do ambiente vivenciado por estes intelectuais naquela época.

Na época em que T. H. Green chegou a Oxford a geração de então parecia sentir-se como se tivesse se alimentado do pão da psicologia e do associativismo por muito tempo, e como se uma pequena vastidão – mesmo que proveniente da vagueza, assim como de um pouco de ar fresco vindo de muito longe que nos rememorasse de nossa

sublimidade pré-natal – fosse bem-vinda. O grande ponto de ataque de Green foi a desconexão do sensacionalismo inglês reinante. Relacionar era a grande atividade intelectual para ele, que acreditava encontrar-se a chave para esse relacionar no que a maioria de vocês conhece como unidade da apercepção de Kant, transformada em um espírito vivo do mundo (JAMES, 2010, p. 212).

Com base nestas informações entendemos que as análises de Green sobre Hume, em particular, parecem poder ser traduzidas muito mais como tentativas desesperadas de buscar elementos que pudessem dar alguma inteligibilidade à uma construção filosófica tão brilhante, atraente e encantadora como a de Hume. Parece não ser compreensível a Green que um filósofo de tal envergadura pudesse estar realmente empenhado em construir todo um complexo edifício teórico para, ao final, deleitar-se com conclusões céticas radicais destrutivas – algo contraditório e insustentável. A única conclusão a que Green consegue chegar é a de que, se o objetivo de Hume era realmente propor a derrocada da filosofia, em especial da epistemologia e da metafísica, isso só poderia ser feito caso Hume tivesse um propósito muito claro, o de propor, em seu lugar, uma explicação científica da mente humana (por exemplo, numa suposta tentativa de explicar a ordem do mundo meramente em termos associacionistas).

Por isso, precisamos reconhecer o mérito de toda essa análise de Green. Ao desferir suas críticas o comentador parece estar atribuindo a Hume uma espécie de naturalismo que, embora tenha conotação de profunda reprovação e censura e caracterize muito mais a ideia de reducionismo da filosofia à ciência natural, já denuncia o equívoco de se relegar as discussões normativas a um segundo plano (ou mesmo abandoná-las definitivamente). Entendemos que Green, à sua maneira (e muito antes dos naturalistas do século XX) demonstra sua preocupação em reservar um espaço para a normatividade em questões que se definem essencialmente filosóficas. Green reconhece a importância das ciências empíricas para o aprimoramento de nosso desempenho cognitivo, mas se mostra insatisfeito com o fato de que com relação a noções complexas tais como as de ‘relações’, ‘substância’, ‘atributo’, ‘eu’, ‘existência’ e várias outras noções especificamente filosóficas, a ciência tem pouco ou nada a dizer. Acreditamos que o que Green estaria defendendo, pelo menos neste aspecto, é um espaço para aquilo que no debate contemporâneo chamamos de “investigações normativas de primeira ordem” – investigações propriamente filosóficas.

Vale a pena ressaltar também que este naturalismo científicista ao qual Green faz referência é bem diferente do naturalismo epistemológico que atualmente atribuímos a Hume. Este último estaria muito mais próximo daquela tendência que tem raízes nas críticas de filósofos tais como John Dewey, Ernest Nagel, Roy Sellars e Willard Quine que, na metade do século XX, se mostraram descontentes com os intelectualismos e subjetivismos que prevaleciam na concepção filosófica Ocidental. Estes filósofos advogam (assim como teria feito Hume, de forma pioneira no século XVIII) a utilização do método experimental das ciências da natureza no âmbito das ciências do homem.

No entendimento de Green, contudo, o que os empiristas britânicos (e principalmente Hume) fazem, sai do escopo da investigação estritamente filosófica. Sabemos hoje que esta é uma crítica muito parecida com aquela que se tem feito a Quine com sua proposta de uma epistemologia naturalizada (1969). Aqueles que

defendem uma epistemologia naturalista com viés normativista afirmam que o projeto de naturalização da epistemologia de Quine poderia ser legítimo enquanto atividade científica, mas que não poderia, de modo algum, ser considerado um projeto epistemológico, uma vez que renunciaria àquilo que é essencial à qualquer investigação propriamente filosófica, ou seja, à normatividade e à justificação. Esta mesma crítica, diria Green, serviria perfeitamente aos empiristas britânicos do século XVIII.

Acreditamos, contudo, que uma das falhas da interpretação de Green, foi a de não ter reconhecido que essa “defesa da epistemologia” e, em alguma medida, também da metafísica, era exatamente um dos focos principais da filosofia de Hume. Hume também manifesta clara preocupação com a discussão autenticamente filosófica, em particular, com o tema da justificação epistêmica de nossas crenças – mesmo que a partir de um viés naturalizado. Hoje sabemos que o uso do modelo da ciência da natureza física, para elaborar sua ciência da natureza humana, não o impediu de desenvolver uma epistemologia essencialmente normativa⁷.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYER, Alfred Jules. *Hume*. São Paulo: Loyola, 2003.
- GREEN, Thomas Hill. Introductions to Hume’s *Treatise of Human Nature*. In.: GREEN, Thomas Hill & GROSE, Thomas Hodge (eds.). *The Philosophical Works*. London: Scientia Verlag Aalen, 1992 [1879].
- GREEN, Thomas Hill. *Prolegomena to Ethics*. Oxford: Clarendon, 1883.
- HUME, David. *A Treatise of Human Nature*. David Fate Norton and Mary Norton (eds.), Oxford: Oxford University Press, 2000 [1739], (Reimpressão corrigida, 2005.).
- HUME, David. *An Abstract of a Book Lately Published, Entitled A Treatise of Human Nature, Etc.* Cited from the edition of David Fate Norton and Mary Norton of *A Treatise of Human Nature*, Oxford: Oxford University Press, 2000a [1740], (Reimpressão corrigida, 2005.).
- HUME, David. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Tom Beauchamp (ed.): Oxford University Press, 1999 [1748].
- JAMES, Willian. Os tipos de pensamento filosófico. Trad.: de Evandro Lisboa Freire. *Cognitio-estudos*: 7 (2), 2010, pp. 197-209.
- LOEB, Louis. Hume on stability, Justification and Unphilosophical Probability. *Journal of the History of Philosophy*. 33 (1): 1995, pp. 101-32.
- LOEB, Louis. E. *Stability and Justification in Hume’s Treatise*. Oxford, Oxford University Press, 2002.
- MILLER Hugh. The Naturalism of Hume. *Philosophical Review*. 38 (5), pp. 469-482, 1929.
- SELBY-BIGGE. Lewis Amherst. Editor’s Introduction. In.: HUME, David. *Enquiries Concerning Human Understanding and Concerning the Principles of Morals*, Lewis Amherst. Selby-Bigge and Peter Nidditch (eds.). Oxford: The Clarendon Press, 1975 [1894].
- SMITH, Norman Kemp. *The Philosophy of David Hume: a Critical Study of its Origins and Central Doctrines*. New York: St. Martin’s Press, 1966 [1941].

NOTAS

1 A partir daqui apenas Introdução.

2 Utilizaremos apenas ‘*Tratado*’ e ‘*Investigação*’ para nos referirmos às duas obras básicas para o estudo de epistemologia de David Hume: *Tratado da Natureza Humana* e *Investigação Sobre o Entendimento Humano*. As citações e referências ao *Tratado* foram retiradas da edição de

David Fate Norton and Mary J. Norton, de 2005, e seguirão o seguinte modelo: T.[livro].[parte].[seção].[parágrafo]. As citações e referências à *Investigação* foram retiradas da edição de Tom L. Beauchamp, de 1999, e seguirão o seguinte modelo: EHU.[seção].[parágrafo].

- 3 A respeito da relação entre as duas referidas obras, Selby-Bigge considera que “declaração [de Hume, de que somente as *Investigações* contêm suas opiniões e princípios filosóficos] tem, não apenas sido tomada seriamente por alguns escritores, mas eles têm mesmo concordado com ela e ignorado o *Tratado*. Para outros [Green, por exemplo], ela tem sido tratada como uma interessante indicação do caráter de um homem que a muito tempo renunciou a filosofia, que sempre cultivou uma paixão por aplausos e pouco respeito ou generosidade por seus próprios fracassos” (SELBY-BIGGE, 1975, p. ix).
- 4 Embora demonstre não concordar com as críticas de Green a Hume, na introdução à sua edição do *Tratado* Selby-Bigge afirma: “Da crítica do professor Green a Hume é impossível falar, aqui em Oxford, sem grande respeito. Além da importância filosófica, sua crítica é sempre séria e legítima” (SELBY-BIGGE, 1975, p. vii). Contudo, logo em seguida afirma que seria muito melhor se Green tivesse resumido essa crítica bem como se tivesse “contido um pouco das vitórias verbais que foram tão facilmente ganhas de Hume” (SELBY-BIGGE, 1975, p. vii).
- 5 Hume, de fato, continua seguindo o modelo fornecido pela ciência da natureza física. Ele diz claramente que seu trabalho poderia ser descrito como uma espécie de “geografia mental” (EHU. 1.13) ou uma “anatomia da mente humana” (HUME, 2000a, p. 407).
- 6 Esta é uma atitude adotada, exemplarmente, por Quine (1969), ao propor uma epistemologia naturalizada.
- 7 Atitude defendida principalmente por autores como Kemp Smith (1966) e Louis E. Loeb (1995 e 2002).